



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 13ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reunião de Comissão

2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/3/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.059 a 4.062/2017 – Requerimentos n°s 6.524 a 6.534/2017 – Requerimento Ordinário n° 2.742/2017 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite, André Quintão, Sargento Rodrigues e Léo Portela – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Braulio Braz, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.059/2017

Declara de utilidade pública o Núcleo dos Produtores Rurais de Jatobá Mangues, com sede no Município de Pintópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo dos Produtores Rurais de Jatobá Mangues, com sede no Município de Pintópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Paulo Guedes (PT)

Justificação: O núcleo busca melhorias na área social, auxilia os produtores da comunidade no plantio e produz hortas comunitárias. Parceiras são sempre feitas em busca de melhorias para a comunidade local.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.060/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Tabua, com sede no Município de Pintópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Tabua, com sede no Município de Pintópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Paulo Guedes (PT)

Justificação: A Associação Comunitária de Tabua cumpre suas finalidades buscando melhorias na educação, saúde, infraestrutura e representatividade da comunidade. São sempre realizadas parcerias para desenvolver atividades que influenciam na melhoria da qualidade de vida da população local.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para a aprovação desta Casa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.061/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Taquaril, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Taquaril, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Paulo Guedes (PT)

Justificação: A Associação Comunitária de Taquaril, com sede no Município de Espinosa, desenvolve um trabalho de assistência social na comunidade de Taquaril promovendo a melhoria da qualidade de vida e o aumento da produção agrícola.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.062/2017

Declara de utilidade pública o Caram Esporte Clube, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Caram Esporte Clube, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2017.

Deputado Cássio Soares (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Justificação: O Caram Esporte Clube é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas. A documentação apresentada atesta que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em regular funcionamento há mais de um ano, nos termos da Lei nº 12.972, de 1998.

Certo da importância da proposição, conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.525/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Tânia Maria Marcial pela verdadeira batalha empreendida contra o mosquito *aedes aegypti*.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Sra. Tânia Maria Marcial, na Rua Alameda dos Pintassilgos 560, nº 5, Bairro Cabral, Contagem, CEP 32146-033.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)



Justificação: No último ciclo de governo, travamos uma verdadeira batalha contra o mosquito *aedes aegypti*. E nessa luta, praticamente diária, contamos com a mão firme, com o conhecimento e a excelência do trabalho da infectologista Tânia Marcial. Sua atuação foi determinante na modelagem da gestão dos sistemas, no planejamento em situações de emergência e de calamidade, na elaboração do plano de contingência e na definição das ações prioritárias.

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 6.526/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Leatrice Joyce Schubert de Castro, por ser uma das mais aguerridas colaboradoras do Hospital João Penido, de Juiz de Fora.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Sra. Leatrice Joyce Schubert de Castro, na Rua Francisco Serra, 80, 402, Bairro Boa Vista, Juiz De Fora, CEP 36026-510.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: Uma das mais aguerridas colaboradoras do Hospital João Penido, de Juiz de Fora, Leatrice Joyce Schubert de Castro sempre se destacou pela contribuição generosa ao SUS. Grande parceira, contribuiu muito para o sucesso dos programas implantados por nós no último ciclo de governo, sempre imprimindo competência e sensibilidade aos seus atos. Com elegância, cultura e inteligência, busca incansavelmente a excelência. Agora, como secretária de Saúde de Santos Dumont, temos a certeza de que com seu empenho e capacidade de inovação a cidade só tem a ganhar.

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 6.527/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Juliana de Oliveira Silva, por sua luta pelo direito de acesso ao tratamento, aos medicamentos e aos insumos para pessoas com doenças raras.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Sra. Maria Juliana de Oliveira Silva, na Rua Joaquim Andrade, 21, Bairro Santa Clara, Viçosa, CEP 36570-000.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: Reiteradas vezes já disse que há muitas ações que a sociedade faz melhor que os governos. Maria Juliana de Oliveira Silva, presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – Afag –, traduz com clareza esse meu pensamento. A partir de uma história pessoal – ela é mãe de uma criança que morreu vítima de uma doença rara, aos seis anos –, Juliana se envolveu na luta de milhares de pessoas que, da mesma forma que ela, batalham diariamente pelo direito de acesso ao tratamento, a medicamentos e aos insumos. À Juliana, a nossa homenagem.

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 6.528/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Célia Rabello pela sua importância no enfrentamento da dependência química na Comunidade Terapêutica Bom Pastor.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à congratulada, na Rua Vitoriano Gonçalves Veloso, 300, Bairro Inconfidentes, Ouro Branco, CEP 36420-000.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: “Após anos e anos de uso e abuso de drogas, a Comunidade Terapêutica Bom Pastor devolveu-me a vida como um todo. O carinho, os cuidados, todo o tratamento me transformou em um homem produtivo para a sociedade”. Esse depoimento é de T.S.O, um dos acolhidos pela Comunidade Terapêutica Bom Pastor, que tem entre os seus colaboradores, desde a sua fundação, em 1999, a psicóloga Maria Célia Rabello. O envolvimento, a dedicação e o profissionalismo como Maria Célia encara o enfrentamento do fenômeno das drogas traduzem com fidelidade a nossa ação pela mesma causa. À Maria Célia, a nossa homenagem.

– À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

REQUERIMENTO Nº 6.529/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Tânia Elisabete Dias de Castro pelo cuidado voltado para a saúde da mulher e da criança.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à congratulada, na Rua Senador Firmino, 139, Bairro Ouro Preto, Belo Horizonte, CEP 31310-570.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: No último ciclo de governo, nos dedicamos especialmente a uma rede de cuidados voltada para a saúde da mulher e da criança. A experiência foi extraordinária. Como resultado, temos o orgulho de mostrar que reduzimos a taxa de mortalidade infantil de 17,6, em 2003, para 12,4, em 2014, ano de criação do Mães de Minas, iniciativa que refletiu no resultado de 2015, quando a taxa de mortalidade infantil chegou a 1,5%. A pediatra Tânia Elisabete Dias de Castro representa muito essa nossa luta.

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 6.530/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Daniella Zuppo pelo combate, prevenção e controle do câncer de mama.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à congratulada, na Rua Quatro, 125, Residencial Mirante da Mata, Nova Lima, CEP 34000-000.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)



Justificação: Jornalista e madrinha do Outubro Rosa, de prevenção e controle do câncer de mama, Daniela Zuppo é um exemplo de luta e vitória. Diagnosticada com a doença no final de 2016, ela não só seguiu em frente, como produziu um programa para mostrar o seu dia a dia de dor e superação. *Amanhã, hoje é ontem* – diário de um câncer é um relato delicado que, com certeza, inspira e motiva milhares de mulheres a seguirem em frente. Além do programa, Daniela faz palestras para compartilhar a sua experiência e mostrar que, sim, a cura é possível e resulta de uma soma. Além de um tratamento sistêmico, existe a necessidade de uma cura mais ampla, que envolve corpo físico, emocional e espiritual. E ela nos mostra isso com um sorriso no rosto e a coragem daquelas que fazem a diferença.

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 6.531/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Aparecida Campos Marques pela sua luta constante em defesa das pessoas com diabetes.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à congratulada, na Rua Leopoldina, 836, ap. 301, Bairro Santo Antônio Belo Horizonte, CEP 30330-230.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: Há muitas ações que a sociedade faz melhor que os governos. Cidinha Campos, presidente da Associação de Diabetes Infantil (ADI), traduz com clareza esse meu pensamento. A partir de uma história pessoal – sua filha tem diabetes tipo 1 –, Cidinha se envolveu com a luta de milhares de pessoas que, como ela, batalham diariamente pelo direito ao acesso a medicamentos e insumos.

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 6.532/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as providências tomadas em atenção ao Ofício Gab. Dep. 005/2017, de 30/1/2017, encaminhado por este deputado, que solicitou analisar a possibilidade de bloqueio vacinal para febre amarela na região do Parque Estadual de Conceição de Ibitipoca, em virtude da expressiva concentração de primatas e da ocorrência de mortes desses animais.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2017.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

– À Mesa da Assembleia.

REQUERIMENTO Nº 6.534/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gilvan de Pinho Tavares, presidente do Cruzeiro Esporte Clube, pela campanha educativa contra a desigualdade e a violência contra as mulheres, no Dia Internacional da Mulher.



Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao congradulado na Sede Administrativa Presidente Zezé Perrella, na Rua dos Timbiras, 2903, Barro Preto, Belo Horizonte, 30140-062.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2017.

Deputado Geraldo Pimenta (PCdoB)

Justificação: A homenagem do Cruzeiro Esporte Clube às mulheres, no Dia Internacional da Mulher, veio em forma de denúncia. O "Maior de Minas" estampou, na numeração dos jogadores, estatísticas colhidas pela ONG AzMina (que luta pelo empoderamento feminino) que ilustram o difícil cotidiano das mulheres no Brasil.

Com a *hashtag* #VamosMudarOsNúmeros, o Cruzeiro e AzMina entram em campo pelas mulheres.

O clube virou destaque internacional na última quarta-feira, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ao utilizar camisas com menção a números que expõem a desigualdade e destacam a violência sofrida por mulheres, na partida contra o time Murici, de Alagoas, pela Copa do Brasil 2017, e gerou grande repercussão nas redes sociais.

Conto com o apoio dos colegas para aprovação deste voto de congratulações pela bela, inusitada e educativa campanha.

– À Comissão de Direitos Humanos.

REQUERIMENTOS

Nº 6.524/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Diretoria da Rede Minas, com a equipe do programa *Mulhere-se* e com o conselho aberto do referido programa pela conquista do 5º lugar com o vídeo *1 Minuto de Mulhere-se* no concurso Mulheres, Culturas e Comunidades. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 6.533/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 8/3/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de uma arma de fogo e drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.742/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, em atenção ao Dia Internacional da Mulher, marco mundial em torno da promoção dos direitos das mulheres e a sua participação nas esferas política e econômica, e

CONSIDERANDO que, agora, mais do que nunca, a data ressalta a importância da reflexão sobre os avanços alcançados, da aposta nas mudanças e do reconhecimento dos atos de valentia e decisão das mulheres, as quais têm desempenhado um papel extraordinário na história de seus países e comunidades, em especial no nosso Estado;

CONSIDERANDO a divulgação, pela Secretaria de Segurança Pública, do Diagnóstico 2015-2016 sobre a violência doméstica e familiar em Minas Gerais, que apontou o aumento da taxa de violência doméstica e familiar contra a mulher em diversos municípios do Estado;

CONSIDERANDO o importante papel da Assembleia Legislativa no combate à desigualdade de gênero – uma das violações mais persistentes de direitos humanos do nosso tempo, propomos:

a divulgação dos dados relatados no referido documento aos municípios mineiros, acompanhado de material educativo para ser disponibilizado à população;

a realização de estudos para a elaboração, a partir dos dados de cada Região Integrada de Segurança Pública, de pautas a serem sugeridas aos legislativos municipais com o intuito de promover debate com a participação da população local;

a realização de reuniões e eventos promovidos pela Assembleia Legislativa nos municípios que apresentaram aumento nas taxas de violência doméstica e familiar.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Cássio Soares (PSD)

– À Mesa da Assembleia.

Oradores Inscritos

– Os deputados João Leite, André Quintão, Sargento Rodrigues e Léo Portela proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 14/3/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/12/2016

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação funcional dos funcionários da extinta Companhia Mineira de Promoções – Prominas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Denise Brum Monteiro de Castro Vieira, chefe de gabinete da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig, representando o presidente, e Teresa Maria de Jesus Fonseca, auxiliar de limpeza da Prominas; e os Srs. José Randolfo Rezende Santana, liquidante da Prominas; Marcos Eugênio da Silva, supervisor operacional da Prominas; e Jorge de Sá Guedes, eletricista do Minascentro. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2016.

Fred Costa, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/3/2017

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Sr. Presidente, secretário *ad hoc*, meu companheiro da cidade de Ubá, que não deixou o bloco do América sair. Foi feito um abadá do América e estava lá o nome do presidente Alencar da Silveira, mas nosso deputado de Ubá falou: “Vocês não podem sair para desfilar no Carnaval?”. Mas, todo mundo saiu, porque estava com abadá e tinha o nome do presidente Alencar.

Subo nesta tribuna para parabenizar as atitudes do nosso companheiro Fábio Ramalho, Fabinho Liderança, pela sua conduta dentro do Congresso, por sua defesa por Minas Gerais. O Fabinho foi um deputado que sempre defendeu Minas, sempre fez por Minas e sempre trabalhou por Minas e por suas cidades. Quero parabenizar o deputado Fábio Ramalho pelos últimos acontecimentos e pela seriedade e compromisso que tem com Minas Gerais. Para você, Fábio Ramalho, fica aqui a gratidão de muitos mineiros que, tenho certeza, admiram seu trabalho como eu, por você chegar aonde chegou por mérito, por seu trabalho e por sua conquista, frente aos nossos companheiros, aos seus colegas da Câmara Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro assunto que a gente traz aqui hoje é a oportunidade, no programa do José Lino Souza Barros, na Itatiaia, de divulgar mais um trabalho nacional que iremos fazer. Acho que o governo federal – aí falo, sim, governo federal –, através da Anac, vai fazer outra maldade com a população brasileira. Hoje o Estado de Minas trouxe, mais uma vez, a notícia sobre a cobrança de mala, que acontecerá já na semana que vem. Não é de agora que estou falando isso. Srs. Deputados, população mineira que nos acompanha através da TV Assembleia, que criei através de um projeto, há 20, 22 anos, pela necessidade de mostrar esta Casa. Acho que a Anac vai fazer essa bondade para as companhias de viagens aéreas, para as empresas, e uma maldade para a população. Você aí acredita que a passagem vai diminuir porque a cobrança vai acontecer nas malas?

Outra coisa que me preocupa: a bagagem que você leva até o avião, a bordo, passará do peso de 5kg para 10kg, e o que mudou nas aeronaves? Nada. Vamos ter mais peso dentro da cabine, e o que acontece? Mais caro pagarão todos os usuários. Dizem: “Estamos fazendo isso, porque a população carente vai poder andar de avião, porque a passagem vai diminuir”. E o jornal traz hoje que ela poderá diminuir, em decorrência do crescimento do número de passageiros, em 2020, daqui a três anos.

Temos de fazer uma campanha nacional, temos de fazer um grande trabalho, usando as mídias também, a internet, o Facebook e tudo o mais, para mostrar o descontentamento de cada um dos senhores. Alguns podem dizer: “Ah, mas eu não ando de avião”. Mas, vai andar um dia e vai pagar mais caro. Você levava uma mala de até 24kg, e, hoje, se você levar a segunda, vai ter de pagar por ela, em vez de levar duas. Se você levar uma mala num voo internacional com 32kg, você vai pagar US\$200,00 a mais. E, *data venia*, temos passagens hoje de promoção, Rio-Belo Horizonte, que ficam mais baratas que as de ônibus, e vai ficar mais caro você pagar pela mala que pela passagem. Isso é um absurdo. As populações mineira e brasileira não merecem o que a Anac está fazendo. Que vantagem está levando a população?

Estou aqui fazendo um convite para todos nós participarmos de uma grande reunião em defesa do consumidor, na Comissão de Defesa do Consumidor, para mostrar que o consumidor não pode pagar a conta. Todo mundo sabe – e quero lembrar – que o preço da passagem será dividido pelo número de passageiros, e o preço será dado ali. O número de passageiros vai ser o mesmo, o preço da passagem vai ser o mesmo, e a mala vai ser taxada.

Nós não podemos aceitar isso num Brasil com tamanha dimensão continental. Quero lembrar que a D. Maria que saía de Pernambuco e vinha de ônibus hoje utiliza avião. Quando ela vem para Minas Gerais ou vai para São Paulo traz uma, duas malas. E agora terá de pagar por isso? Lembrem-se, senhores, de que a população carente é a que mais usa bagagens. E é ela que vai pagar mais uma vez. Faço um apelo aqui. Vamos fazer uma campanha nacional, saindo desta Casa. Temos de mostrar que a população não está satisfeita com as novas medidas da Anac. Podem ter a certeza de que temos de mostrar que a insatisfação é geral. Chega de beneficiar somente as companhias aéreas, somente os grandes proprietários, somente as grandes empresas que fazem a aviação no nosso país.

Há outro assunto que é meio chato de tratar aqui. É sobre a aviação também, sobre o que estamos vendo hoje em Minas Gerais. Mas falo com muita tranquilidade. Estão reativando o Aeroporto da Pampulha para operar com voos regionais. Quero lembrar que, quando só havia cinco aviões descendo em Confins, dois da Varig e um da Vasp, foi desta Casa que saiu uma campanha dizendo “Lugar de avião é em Confins”. Quem estava aqui há 15, 20 anos se lembra disso perfeitamente. Fizemos uma campanha mostrando

que era possível reativar o elefante branco, Confins. Hoje, temos um aeroporto que é um sucesso. Tenho a certeza de que a segurança da Pampulha tem de continuar.

Srs. Deputados, estamos hoje vendo uma viação bancada pela Codemig. Isso é muito sério. Um avião decola de Belo Horizonte e vai para Uberlândia com um único passageiro e recebe uma fortuna. Se estiver no aeroporto e quiser embarcar de volta para Belo Horizonte, você não pode, porque a passagem só pode ser comprada pela internet. Pior: é uma empresa de táxi-aéreo que está fazendo voos regulares. Isso é proibido. É uma LaMia que está sendo criada em Minas Gerais – uma companhia aérea que tem um piloto, um copiloto e mais nada. O passageiro compra a passagem pela internet, paga um preço, vai até a sua cidade, Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares ou Diamantina, e a Codemig paga tudo por meio de um contrato milionário. Será que o governo não está vendo o que está acontecendo? Será que o governo está deixando acontecer isso?

A Comissão de Transportes desta Casa tem de chamar urgente toda a direção da Codemig e da companhia aérea e dizer que queremos voos regulares, sim, mas com companhias que façam voos regulares. Não podemos continuar pagando. Cada um dos senhores aqui e da população que está nos acompanhando agora pela TV está pagando para uma companhia levar um passageiro e voltar com dois recebendo como se o avião estivesse lotado. Isso não pode acontecer. Nós não podemos mais aceitar essa situação. Estamos num país que está mudando, num Brasil que tem de mudar. Há quanto tempo estamos falando e mostrando que está na hora de eleições gerais, de uma reforma partidária urgente, de uma mudança de costumes?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que acontece hoje com a viação aérea é muito sério. Nós temos uma audiência na Comissão de Defesa do Consumidor para ver o problema das bagagens e outra audiência na Comissão de Transportes para verificar o assunto e para que esta Casa e a população mineira entendam o que está ocorrendo nesse contrato que foi feito pela Codemig. Quem ganha? Poucos estão ganhando com isso.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Alencar. É um prazer fazer aparte ao discurso de V. Exa.

São várias atrocidades e distorções que temos visto no Brasil nos últimos tempos, particularmente aqui em Minas Gerais, deputado Dalmo. Vemos aqui o relacionamento que o governo de Minas tem tido com os evangélicos. Por exemplo: aprova ideologia de gênero, medidas que atacam as famílias, a retirada da Bíblia das comunidades terapêuticas e, depois, oferece um espaço de culto para os evangélicos na Cidade Administrativa. Não acho ruim que tenhamos, naquele local, um momento de culto, um lugar para exercermos a nossa fé. É muito bom. São muitos evangélicos ali. No Brasil são cerca de 40 milhões. Na Cidade Administrativa, certamente há muitos. Mas o que quero dizer para o governo de Minas é que o evangélico não aceita esmolas. Queremos educação, segurança e obras públicas de qualidade. Queremos as comunidades terapêuticas atendendo e continuando a exercer o bom trabalho que exerceram nos 12 últimos anos. Queremos isso. Não adianta atacar a família, colocar ideologia de gênero e, depois, oferecer aos evangélicos um espaço para culto. Não queremos esmola. Sempre foi assim o tratamento com o evangélico quando temos um governo de esquerda. Ele vem e coloca medidas contra a família, contra os valores, contra a vida e dá um dia da Bíblia para o evangélico, uma praça da Bíblia para ele.

Quero dizer para o governo de Minas, para o atual e para os que virão, pois sei que em breve chegará um novo governo a Minas Gerais, quiçá no segundo semestre, que o evangélico não quer mais esmola. Queremos respeito, saúde, educação e segurança pública de qualidade e respeito à vida e às famílias. Muito obrigado, deputado Alencar.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Aproveite logo o Centro Administrativo, porque daqui a pouco o Pimentel vai vendê-lo. Está precisando de um dinheirinho. Vai fazer um leilão e queimar esse Centro Administrativo. Já foi anunciado: governo de Minas vai queimar o Centro Administrativo. É um absurdo! Tudo lá está funcionando, mas o governo de Minas está precisando de dinheiro e, portanto, vai queimar o Centro Administrativo. Esta Casa vai ter de aprovar e vamos ver isso na hora certa.

Gostaria também, Sr. Presidente, de parabenizar o prefeito de Belo Horizonte e a administração pelo Carnaval realizado em Belo Horizonte. Temos de tirar o chapéu, pois foi um bom Carnaval. Parabenizo, também, o prefeito de Itabirito pelo Carnaval



daquela cidade, um Carnaval para a família. Tivemos a oportunidade de ir para a rua sem aquele tumulto todo que ocorria no passado. As pessoas de Itabirito participaram e viveram um Carnaval diferenciado.

Para terminar, agradecemos ao Comando-Geral da Polícia Militar pelas viaturas que estão sendo entregues ao Batalhão Independente de Ouro Preto. Conseguimos criá-lo anos atrás, quando mostrávamos a necessidade de haver um batalhão em Mariana, Itabirito, Ouro Preto, enfim, uma segurança melhor para aquela região. Antes era preciso atravessar quase o Estado todo para chegar à BR-040, a Lafaiete, e olhar o problema da segurança nas cidades de Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Hoje há lá aquele batalhão.

Faço um apelo a todos os deputados. Está na hora de as emendas entregues pelo governo... que ele não paga, não é, pessoal? Fazemos um apelo para que solicitem emendas para a segurança, para que a Polícia Militar possa agir e continuar sendo a melhor polícia do Brasil.

Não poderia, deputado João Leite, descer da tribuna sem me referir ao que o companheiro disse há pouco. Ele disse que a D. Maria, não sei bem o nome dela, pois não prestei bem atenção, está com a perna quebrada há dois meses. Disse que a saúde na cidade dele não está atendendo, que a saúde em Minas está muito ruim. O companheiro disse isso, mas não disse que a saúde de Minas é responsabilidade do governo estadual, do Sr. Fernando Pimentel; é do governo federal também, mas este repassa os recursos para cá e o Pimentel não os repassa. A saúde de Minas está ruim, mas ele não tem coragem de dizer, pois faz parte do governo. Ele tem de dizer que é preciso melhorar a saúde, porque o governo não está dando a atenção devida a essa área. Se ele falar isso, as emendas dele não serão liberadas, o mata-burro dele não vai sair, bem como a academia. Então, ele tem de falar com jeitinho: “Governador, a saúde tem de melhorar, ela está acabando”.

Sávio Souza Cruz, meu secretário, tenho certeza de que faz um belíssimo trabalho, mas o governo tem de fazer a sua parte também. Está na hora de mudar, está na hora de melhorar, está na hora de ver alguma coisa. Meu nome já está riscado da lista que está falando assim: “Só se pode atender quem é do governo”. Ele falou isto seriamente: “Não posso falar muito, não, mas a saúde aqui está ruim”. E ele é do governo. Muito obrigado. Um abraço a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente Dalmo Ribeiro Silva, deputados, deputadas, queria trazer um assunto nesta tarde que considero muito importante e vem sendo objeto de debate nos últimos dias por vários segmentos preocupados com a saúde financeira do Estado de Minas Gerais: o desenrolar das políticas públicas, principalmente as continuadas, como saúde, segurança, educação, assistência social, desenvolvimento agrário. O assunto é exatamente o processo de negociação de Minas Gerais com o governo federal de alguns passivos que a União tem com nosso estado. Nos últimos dias, ouvi aqui vários deputados, com legitimidade, com espírito público, levantarem a importância da ampliação de investimentos, de avanços de algumas políticas públicas. Sabemos que isso ocorre com responsabilidade e com recursos disponibilizados. Minas Gerais tem um déficit estrutural aproximado de R\$8.000.000.000,00 este ano. Esse déficit, com muito esforço do atual governo – o governador Pimentel e sua equipe – e com a ajuda e participação da Assembleia, que aprovou uma reforma administrativa, foi para a casa dos R\$4.600.000.000,00, conforme balanço do último ano. Sabemos, deputado Bosco, que esse é o valor que em média o Estado investe ou poderia investir em novas obras, novos projetos e programas e na expansão dos já existentes. Mas não podemos simplesmente nos alegrar com a redução pela metade do déficit. É nesse sentido que o governador de Minas Gerais tem tomado a atitude, no meu entendimento muito adequada, de enfrentar essa situação com diálogo, mas com firmeza em relação ao governo federal.

Isso porque a proposta que o governo federal está apresentando de recuperação fiscal para os estados é no sentido de, em nome de uma renegociação de uma dívida do passado, prejudicar a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais nas áreas da segurança, da educação e da saúde, penalizando o servidor público e as carreiras, sinalizando com privatizações e, no caso de Minas, exatamente apontando para a Cemig – e todos sabemos a importância dessa empresa no desenvolvimento do Estado. O governo federal aponta para um diálogo com os estados que vai no caminho da chantagem, da coação: ou os estados rezam a cartilha

do desmonte das políticas públicas ou não terão possibilidade de renegociação da dívida. Isso num momento em que o próprio STF, Doutor Wilson Batista, aponta para a necessidade de um ressarcimento aos estados pelas perdas decorrentes da Lei Kandir, que desonera nossas exportações. E Minas Gerais tem papel fundamental, todos sabemos, com as *commodities*.

Nesse sentido, numa conta que já vem sendo feita por especialistas, teríamos, em valores aproximados, um débito da União com Minas Gerais de aproximadamente R\$135.000.000.000,00 e uma dívida do Estado com a União no valor de R\$92.000.000.000,00. Ou seja, o Estado não seria devedor, ele tem crédito com o governo federal. Essa é uma porta de negociação muito importante que vem sendo defendida até pela bancada federal de Minas Gerais de vários partidos. Tenho certeza de que esse processo em defesa deste estado vai contar com o apoio de todos os partidos que se fazem representar na Câmara dos Deputados, até porque essa não é uma questão partidária; o que está em jogo é o interesse do Estado. Aliás, no caso do ressarcimento dos efeitos da desoneração da Lei Kandir, praticamente 25% desses recursos podem ser encaminhados aos municípios, que também serão beneficiados com uma eventual negociação. Isso porque os municípios seriam beneficiados com recursos que Minas Gerais perde com a Lei Kandir, porque parte deles iria para os municípios, e também seriam beneficiados porque o Estado recuperaria uma parcela de sua capacidade de investimento e de expansão de políticas públicas.

Considero este debate muito importante. Não vou entrar em questões de participação política do governo de Minas, até porque os governos do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma sempre souberam prestigiar muito nossas lideranças. Não estou tratando disso, esse é um assunto que a base de apoio tem que tratar; vou tratar aqui é da questão do encontro de contas, ou seja, do Estado de Minas Gerais. Aliás, essa dívida, que se inicia na década de 1990 – a Assembleia teve até um estudo desse processo da dívida –, tem juros extorsivos; essa dívida, dizem os entendidos, já foi paga várias vezes.

Mas, agora, com essa decisão do Supremo Tribunal Federal que fala sobre a importância de equacionar as perdas do Estado, com a Lei Kandir, precisamos unir as forças políticas de Minas Gerais. Não estou dizendo de governo A ou de governo B, ou contra governo A ou contra governo B, e sim de algo que é do interesse de Minas Gerais, da educação, da assistência social, da agricultura familiar, da segurança pública. Não adianta virmos à tribuna fazer um discurso do que se precisa, sem apontarmos a fonte do que vai suprir. Nesse caso, o governador Pimentel está sendo muito objetivo. Existe uma decisão do Supremo, mas existe também um crédito de Minas Gerais de R\$135.000.000.000,00. Então, poderia ser feito esse encontro de contas, principalmente sem penalizar as políticas públicas, sem paralisar a máquina pública, sem deixar que as ações continuadas ocorram nessas várias áreas de políticas públicas.

Esperamos que as forças políticas de todos os partidos de Minas Gerais tenham a sensibilidade de, neste momento em que está em jogo o interesse de Minas Gerais, deixar as eventuais disputas que ocorrem no plano partidário, e que ocorrem, no momento adequado, no plano eleitoral. Quando está em jogo o interesse maior dos mineiros e das mineiras, esperamos que todos contribuam.

O deputado Bosco (em aparte)* – Caro deputado André Quintão, quero, desde já, agradecer-lhe pela oportunidade e parabenizá-lo também por assumir a liderança do nosso bloco de apoio ao governador Fernando Pimentel, na Assembleia Legislativa.

Gostaria, caro deputado André Quintão, de fazer um contraponto justamente sobre uma colocação feita pelo deputado que o antecedeu, nosso amigo deputado Alencar, em relação ao projeto Voe Minas Gerais. Esse projeto é o Projeto de Integração Regional de Minas Gerais – Modal Aéreo, contratado pela Codemig, por meio de licitação, e homologado pela Anac. Esse projeto, caro deputado André Quintão, Srs. Deputados e Deputadas, tem inovado o setor aéreo em Minas Gerais, porque sabemos que as grandes empresas que atuam no Estado não têm o menor interesse de voar, de integrar os municípios mais distantes. Essa é a verdade. Essa é a realidade. Temos a Azul, a Gol, a Latam, que são empresas importantes e que têm um papel fundamental no transporte aéreo de Minas, do Brasil e do exterior. Mas, na verdade, essas empresas não têm sequer o interesse de voar em municípios menores, porque alegam que isso dá prejuízo. Em virtude disso, o nosso governo, com a Codemig, buscou implantar esse projeto, buscando a integração desses municípios, sobretudo com a capital mineira, propiciando aos empresários e às pessoas que se deslocam diariamente

desses municípios mais distantes para a capital, que não têm opção de vir de avião, mais conforto. Então, foi criado esse programa, que, além de ser pioneiro em Minas Gerais, está conseguindo integrar mais de dez municípios que, até então, não contavam com o transporte aéreo.

Faço questão de citar a minha querida cidade de Araxá, que, anteriormente, tinha voos direto pela Azul, e, hoje, tem apenas dois voos, às segundas e aos domingos, não mais do que isso.

São voos que, na maioria das vezes, não atendem a demanda existente na nossa cidade de Araxá, e entrou o programa Voe Minas complementando essa lacuna, oferecendo a Araxá esse serviço. Além de Araxá, temos Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Juiz de Fora, Lavras, Manhuaçu – que nunca contou com um voo de carreira de empresa nenhuma –, Muriaé, Passos, Patos de Minas.

Está aí o deputado Hely Tarquínio, que é de Patos de Minas, e sabe qual é a dificuldade de se deslocar daquela região para Belo Horizonte. Essas cidades não contavam com voo de nenhuma empresa, e agora contam com a Voe Minas. Além dessas, Ponte Nova, Pouso Alegre, São João del-Rei, Teófilo Otôni – vejam a distância que fica Teófilo Otôni e a importância da ligação desse voo da Voe Minas até Belo Horizonte –, Ubá, Varginha e Viçosa. Caro presidente Dalmo, que também é do interior, veja a quantidade de municípios que, de agora em diante, contam com essa interligação aérea por meio do programa Voe Minas.

É claro, André Quintão e Alencar, que a Codemig está subsidiando esse voo porque nenhuma empresa toparia um projeto desse para levar prejuízo. Ou seja, a Codemig está subsidiando esses voos até que sejam viáveis. E serão, não há como não serem. A Codemig, como a companhia de desenvolvimento econômico deste estado, está cumprindo o seu papel de fomentar esse tipo de projeto em Minas Gerais. Portanto, André, eu gostaria de fazer a defesa desse programa, que é inteiramente viável e deverá se estender a outros municípios do nosso estado que jamais poderão contar com o transporte aéreo das empresas maiores. E só por meio do Voe Minas, esse programa de integração de Minas Gerais, é que poderemos atender esses municípios. Obrigado.

O deputado André Quintão* – Obrigado, deputado Bosco. Para encerrar, gostaria de assinar embaixo e mostrar minha total concordância com suas colocações e ainda reiterar sua importância neste momento. O governo federal deve a Minas Gerais R\$135.000.000.000,00, e a dívida de Minas com a União é de R\$92.000.000.000,00. O governador Pimentel quer o encontro de contas, porque em Minas não queremos reforma da previdência contra o trabalhador, reforma trabalhista contra o trabalhador, corte de recurso para a polícia pública, muito menos demissão de servidor e terceirização e precarização. Nesse sentido, acho muito importante que a Assembleia Legislativa dê a sua inestimável contribuição política para que o governo federal tenha com Minas o respeito que este estado merece.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Deputado, também não queremos vender as estatais mineiras, como estão fazendo no Rio de Janeiro.

O deputado André Quintão* – Exatamente, sem privatização. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Presidente Dalmo, quero agradecer a vossa deferência na troca de ordem que realizei com o deputado André Quintão e agradeço ao deputado Alencar da Silveira Jr. a compreensão.

Hoje, solicitei ocupar a tribuna porque estamos recebendo na Assembleia Legislativa – desde ontem à noite e durante essa madrugada – uma delegação de mulheres que vieram debater o Dia Internacional da Mulher. Já temos aqui quase mil mulheres que estão fazendo o debate do Dia Internacional da Mulher durante todo o dia de hoje, com palestras, debates, discutindo o que é esse dia e quais as lutas que as mulheres têm hoje especificamente na sociedade. E são muitas.

Essa solicitação foi feita à 1ª-Secretaria da Assembleia Legislativa pelas deputadas – entre elas, a Marília Campos, que está presente e a quem agora mesmo concederei um aparte –, e vossa excelência, sendo da Mesa, contribuiu para que elas conseguissem esse espaço para promover o debate.



Aliás, são debates importantíssimos da atualidade. É verdade que as mulheres conquistaram muito. Se olharmos para trás, veremos coisas que hoje são até impensáveis: uma mulher não tinha direito a voto no Brasil. Imaginem! O tratamento era tão diferente que a mulher não podia votar, mas o homem, sim. Isso é tão estranho! É tão estranho pensar que a sociedade já foi dessa forma. Mas também é estranho pensar que a mulher recebe menos do que o homem, o que ainda acontece na maioria das vezes. Talvez, daqui a alguns anos, acharemos que a mulher receber menos do que o homem é tão estranho quanto o fato de um dia a mulher não ter tido o direito a voto.

A mulher tem uma dificuldade muito maior de se inserir na vida política e profissional por uma série de questões culturais e de seus afazeres, que são distintos e para além dos afazeres dos homens. Portanto, as questões específicas das mulheres precisam ser tratadas em suas especificidades. Como a sociedade é machista, e não é de hoje, as mulheres têm uma dificuldade muito grande de se colocar neste mundo, que foi pensado pelos homens. Por isso é tão importante a luta específica da mulher – e peço à Marília que me corrija se eu estiver errado.

Mas é engraçado que essas especificidades não sejam consideradas agora, quando se discute a reforma da Previdência. E aquilo que é uma conquista das mulheres, pelo reconhecimento das suas dificuldades e da jornada a mais, é ignorado. Em quase todo o mundo, a mulher conquistou o direito de se aposentar cinco anos antes dos homens. Agora, uma reforma da Previdência, fingindo que quer a igualdade entre homens e mulheres, vem, na verdade, aprofundar as desigualdades, porque, sem corrigir suas dificuldades específicas, obriga as mulheres a trabalhar cinco anos a mais para que trabalhem o mesmo tempo que os homens. Isso não é promover a igualdade, mas aprofundar a desigualdade, porque a jornada das mulheres, considerando também o trabalho em casa, com os filhos, continua sendo superior à dos homens. Portanto, talvez um dos mais graves defeitos dessa reforma da Previdência, que já tem um tanto de defeitos, seja o de ser uma reforma machista, pois estabelece para a aposentadoria das mulheres um prazo com cinco anos a mais do que elas já haviam conquistado.

Essa é uma observação que queria fazer sobre a reforma da Previdência, que obviamente terá de ser muito debatida, porque, por exemplo, as mulheres perderão mais ainda em outras categorias, como a do professorado, em sua imensa maioria composta de mulheres, que perderão também o direito à aposentadoria especial após 25 anos de trabalho – para o professor é após 30 anos de serviço. Mas, ao perder o direito à aposentadoria especial, pela nova regra, ela terá de trabalhar 15, 20 anos ou mais além do que o que já trabalha. Imaginem uma professora dando aulas em escolas nas pequenas cidades ou na periferia dos grandes municípios com 65 anos de idade! Aliás, essa idade seria o limite mínimo para se aposentar, mas, se ela quiser receber a aposentadoria integral, deputado Carlos Pimenta, não será aos 65 anos, mas por volta dos 71 anos ou mais. Ora, pensem se, como a escola é hoje, uma professora tem condições de se aposentar com essa idade! É o mesmo que dizer a um policial militar que, com o fim da aposentadoria especial, ele ainda terá de ficar nas ruas, procurando combater o crime, aos 71 anos. É isso o que está sendo feito na reforma da Previdência.

E as mulheres, Marília, têm sido mais atingidas com essa reforma. Por isso, amanhã, Dia Internacional da Mulher – as mulheres já estão aqui, na Assembleia Legislativa, discutindo e lutando –, precisamos pôr a reforma da Previdência na pauta da questão das mulheres. Amanhã haverá aqui uma assembleia de professores e professoras, que, a partir do dia 15 de março, entrarão numa greve nacional contra a reforma da Previdência. Será uma greve importante de toda a educação pública em todo o Brasil, ou seja, as universidades, os estudantes e os jovens também serão envolvidos numa grande movimentação para que a reforma da Previdência não seja aprovada no Congresso Nacional.

Portanto a homenagem que queremos fazer às guerreiras, às mulheres, é estarmos com elas na luta para derrotarmos essa reforma e exercermos conquistas maiores no Dia Internacional da Mulher.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, agradeço-lhe o aparte. Em primeiro lugar, quero fazer uma saudação a todas as mulheres do campo que se encontram na Assembleia nesta data que antecede o dia 8 de março, que certamente será um dia marcado por um amplo processo de mobilização não só em Minas Gerais mas também em todo o Brasil e em



todo o mundo. Da mesma forma como fez em 2016, com várias manifestações, o movimento feminista se organizou e propôs que, no dia 8 de março, fizéssemos uma grande marcha para defendermos os direitos das mulheres em todo o mundo, direitos esses que se encontram ameaçados.

Amanhã haverá uma assembleia dos professores e um grande encontro na Praça da Liberdade a partir das 16 horas. Aproveito para convidar todos os deputados e todas as deputadas, os servidores e as servidoras que trabalham na Assembleia para participarem dessa manifestação, uma vez que a luta pelos direitos das mulheres não é só das mulheres mas também de todos aqueles que defendem as políticas de igualdade.

Deputado Rogério Correia, a Assembleia Legislativa tradicionalmente faz uma celebração, um debate no dia 8 de março para marcar essa data de luta de todas as mulheres. Quero ressaltar que este ano faremos essa celebração no dia 30, mais como uma atividade de encerramento desse processo de luta que acontece no mês de março. Um fato novo nesse evento do dia 30 é que as servidoras e os servidores da Assembleia foram convidados a participar. A Mesa já deliberou sobre a anistia do ponto daquelas mulheres que se inscreverem para participar desse evento comemorativo do dia 8 de março, que acontecerá no dia 30. Uma representante das servidoras participará da Mesa de debates.

Não poderia, deputado Rogério Correia, deixar de falar um pouco sobre a questão da reforma da Previdência Social, que, como V. Exa. disse muito bem, atinge em particular as mulheres e os mais pobres. Por que atinge em particular as mulheres? Citarei alguns números, deputado Rogério e demais parlamentares. Hoje a maioria dos beneficiários das políticas da Previdência Social é composta de mulheres. Por exemplo, num total de 32.700.000 benefícios de aposentadoria, 18 milhões são recebidos por mulheres e 13 milhões por homens. A maioria das pessoas se aposenta por idade. Isso significa que são 60 anos e 15 anos de contribuição; 9.700.000 se aposentam por idade; e, desses 9 milhões, 6 milhões são mulheres e 3 milhões são homens.

Uma outra questão muito importante são as pensões e a política de inclusão das mulheres. São 7 milhões de benefícios de pensões por morte na Previdência Social, sendo que 5,9 milhões concedidas às mulheres e 1,143 milhão recebidas por homens. Estou mostrando esses números porque as mulheres são as principais beneficiárias, e é justamente aí que está o maior corte.

A reforma da Previdência aumenta a idade de aposentadoria e tira a diferenciação que as mulheres têm de se aposentar mais cedo, seja no serviço público, sejam professoras, sejam aquelas que se aposentam por idade, igualando homens e mulheres na idade de 65 anos. Com isso, as mulheres que se aposentam por idade vão trabalhar mais cinco anos, professoras vão trabalhar mais quinze anos. Deputado, imagine o senhor, que já foi professor: uma mulher lecionar numa sala de aula com 65 anos!

Mas não é só isso a perversidade da reforma. Também para aquelas que se aposentam pelo INSS aumenta o tempo de contribuição de 15 para 25 anos. E pergunto a V. Exa.: qual é o empregador que vai querer dar emprego a uma mulher, por exemplo, com mais de 50 anos de idade? Como é que ela vai conseguir se aposentar, se tem de comprovar 25 anos de tempo de contribuição e ter 65 anos de idade? Na verdade, com essa reforma, vamos dificultar e até mesmo impedir que as mulheres se aposentem e também os homens, mas em particular vamos impedir que as mulheres usufruam das políticas garantidas pela Previdência Social.

A outra grande perversidade são as pensões. Como eu disse aqui, grande parte dos pensionistas são mulheres, seja porque as mulheres têm uma expectativa maior de vida, seja porque os homens só tiveram direito à pensão a partir de 1990. E qual é a perversidade? São duas. A primeira: se você já é aposentado não pode receber pensão. Atualmente você pode acumular aposentadoria e pensão. Com a reforma da Previdência, escolhe-se entre pensão e aposentadoria, inclusive aquelas que são de um salário-mínimo. Com isso, as mulheres são atingidas, porque são as maiores beneficiárias da política de pensão.

Concluindo, deputado Rogério Correia, a outra grande perversidade é o valor da pensão. Para quem vai hoje receber, uma pensão tem de ser, pelo menos, de um salário-mínimo. Porém, a reforma corta isso pela metade, ou seja, 50% do salário-mínimo, de forma que, se a reforma da Previdência passar, uma pensionista vai receber apenas R\$532,00. É um absurdo essa reforma! O objetivo



dela é eliminar direitos, aumentar a idade para dificultar o acesso às políticas garantidas pela previdência social e também diminuir o valor dos benefícios pagos por ela.

E é por essa razão, deputado Rogério Correia, que eu, como parlamentar, tenho ido a todos os lugares onde o povo está, como o metrô, as portas de fábricas, as portas das igrejas, os corredores comerciais. Fizemos um amplo material de divulgação para garantir que a informação chegue até as pessoas e para que elas se mobilizem contra a reforma da Previdência. Lembrando também que, para as pessoas exercerem democraticamente seu direito constitucional de cidadãs...

Estamos fazendo uma campanha, deputado, para divulgar o telefone, o *e-mail* dos deputados federais e senadores, para que eles sejam pressionados a votar contra a reforma da previdência social.

Então, todos na luta de amanhã pelas políticas de igualdade.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Rogério Correia – Obrigado, deputada.

Presidente, quero apenas deixar uma sugestão para a Mesa diretora. Como o tema é apaixonante e amplo, já tinha sido solicitado pelo deputado Gilberto Abramo que analisássemos a formação de uma comissão extraordinária para ver essa questão da reforma da Previdência. Que a gente possa apreciar isso na Mesa diretora em conjunto com os líderes.

Agradeço o aparte da deputada.

O deputado João Leite* – Obrigado, presidente. Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãos de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, vimos aqui, em Minas Gerais e neste Plenário, nascer novamente algo que ficou apagado nos 13 anos do governo do PT em nível federal. Por 13 anos, todos os meses Minas Gerais era sangrada. Pagava R\$500.000.000,00, que saíam do Tesouro do Estado, dinheiro que poderia ser utilizado para segurança, para saúde, para combater a pobreza, para saneamento básico. Todos os meses, o governo do Estado, com Aécio Neves como governador, Anastasia como governador, Alberto Pinto Coelho como governador, pagavam ao PT R\$500.000.000,00. Foram 13 anos de tentativa de conversa com o governo federal. Porta fechada. Minas Gerais foi repelida pelo PT por 13 anos. De repente nasce, e nasce com a cobrança de que nós temos de ir para frente também defender e cobrar do governo federal. Treze anos, nesta Assembleia, calados; e agora querem dizer que tem de ser feita essa negociação. Nós vamos continuar onde sempre estivemos nos 13 anos. Queremos a negociação, queremos o encontro de contas.

É interessante. Estamos com os dados aqui – e quero agradecer à Luiza Barreto, que me ajudou – do Cedeplar, da UFMG. O Cedeplar faz as contas do Tribunal de Contas, que acompanha, e são R\$30.000.000.000,00 da Lei Kandir. Eu queria muito que fossem cento e trinta e tantos bilhões que o governo federal devesse para Minas Gerais, mas são R\$30.000.000.000,00, com que o PT, durante todo esse tempo, desconheceu Minas Gerais, deixou Minas Gerais sofrer.

Falávamos desta tribuna, e nenhuma palavra do PT em favor de Minas Gerais. Estão aí buscando bandeiras. Bandeira da Previdência, agora bandeira da renegociação da dívida. Imaginem, eu estava aqui e votei a renegociação da dívida em 1997-1998. Não era dívida de 1990, era esqueleto do Credireal, do Bemge, da Agrimisa. Veio tudo para cá. Dívidas internacionais de governos passados. Foi feita a negociação. Até 2015, nos governos do PT, Minas Gerais pagou 33,46. Ainda tinha para pagar a dívida de 69,11. O PT foi mau, cruel com Minas Gerais. Esse mesmo PT que abandonou Minas Gerais. Não há uma obra do PT em Minas Gerais. Décimo quinto lugar em repasse da saúde para Minas Gerais. Deixaram os números: 24 milhões de desempregados neste país, e querem vir aqui falar de Previdência. Previdência para 24 milhões de brasileiros que estão desempregados, filhos e filhas deste governo perverso do PT no Brasil. E eles vêm aqui dizer essas coisas. Estão passando para a população de Minas Gerais a ideia de que vai haver um encontro de contas. Cento e trinta e tantos bilhões que Minas Gerais teria para receber, e a dívida de Minas é de R\$92.000.000.000,00. Vejam como já subiu. São os juro que o PT impôs para Minas Gerais.



Algumas vezes, usamos o termo “agiotagem”, neste Plenário. O PT agiotava Minas Gerais, praticava agiotagem. Eram juros escorchantes. “Ah, mas foi acertado com Fernando Henrique lá atrás.” Isso mesmo, num tempo em que aquele índice era o melhor. Mas o PT não aceitou mudar o índice. Agora, eles querem fazer esse encontro de contas. Dizem que o governo federal deve R\$135.000.000.000,00. Mas o Cedeplar está dizendo que são R\$30.000.000.000,00. Estão aqui os números. A nossa dívida, R\$92.000.000.000,00. Minas Gerais, 13 anos... Ouvi dizerem aqui que tem de ser independente de partido. Era o PSDB, o Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, do PP, implorando uma renegociação. Quero dizer que quero estar ao lado desse encontro de contas, quero apoiar. É claro que Minas Gerais precisa disso. Quem sabe, agora, vamos conseguir.

O PT isolou Minas Gerais, isolou o nosso estado. Os números são impressionantes. Fomos abandonados. As nossas estradas foram abandonadas, a saúde foi abandonada, a segurança pública também foi abandonada. Cada vez que subíamos aqui e pedíamos a renegociação da dívida, vinha de Brasília, vinha do seu Lula, da dona Dilma: “Não! Minas Gerais que se vire”. Eles gostam de dizer que foram anos de bonança. Anos de ambulância, não de bonança, em Minas Gerais! Eles estão dizendo que temos um déficit fiscal, em Minas Gerais. Assumimos Minas Gerais com déficit fiscal também, após o governo do PMDB e do PT. Havia um déficit também, e assumimos, mas cortamos. Não fazemos isso que foi levantado, aqui, de alguma forma. O PT é pródigo nisso. Criar uma empresa. Minas Gerais, agora, tem uma empresa de aviação. Só se for para levar os deputados, não é, gente? Quem vai pagar para ir de avião para Manhuaçu? Quem tem dinheiro para ir de avião para Araxá? Quem tem dinheiro para ir de avião para Patos de Minas? Os deputados, não é? Dizem que esse avião vai e volta vazio. Leva quem? Quem tem condição. Dizem que é o partido dos pobres, é o governo para todos. Todos quem, cara pálida? Todos quem? Não é, mesmo!

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Muito obrigado, deputado João Leite. Pois é, é o governo dos amigos deles, é o governo daqueles que caminham com eles, é o governo dos deputados que estão com eles. Não é o governo de Minas Gerais, não é o governo do povo. Diziam que seriam um governo que ouviria para governar. Mas ouvir quem? Ouvem apenas aqueles que rezam na cartilha deles.

Vejam a novidade que o governador Fernando Pimentel traz para Minas Gerais: a venda da Cidade Administrativa, deputado João Leite. Quero falar com você que está em casa nos assistindo pela TV Assembleia, que lutou para pagar a sua casa própria, pense comigo. Você passou anos trabalhando duro para pagar a sua casa própria e, de repente, decide vendê-la, para alugá-la da pessoa a quem você vendeu. Existe alguma lógica nisso? Pimentel quer vender a Cidade Administrativa para alguém e alugá-la dessa pessoa. O seja, abrir mão de um patrimônio dos mineiros, para passar, certamente, a um amigo. Quem será que vai comprar a Cidade Administrativa? Ah, já sei, deputado João Leite. Deve ser o amigo do Lula que comprou o sítio dele. Deve ser essa turma. Ou então deve ser aquela turma que comprou o triplex para o Lula. Deve ser alguém desse naipe, alguém da camarilha deles, alguém que caminha com eles, alguém que está sempre com eles. Certamente, essa é a pessoa que se beneficiará com a venda da Cidade Administrativa, para colocar mais um aluguel pesado no lombo do povo mineiro. Esse é o jeito PT de governar.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Léo Portela. Minas Gerais está pagando tudo isso. Está pagando esse avião, que vai e volta. Esse avião está voando aí. Eles acham que são o governo de todos.

Quero lembrar, para ficar bem enfatizado, que todo mês, por 13 anos, o governo de Minas Gerais pagava R\$500.000.000,00 ao governo federal. Não houve uma brecha para negociar. Do outro lado dessas paredes estão, neste momento, os agentes penitenciários, os bombeiros militares, os policiais militares, os policiais civis, dos quais o PT tirou o direito à alimentação. Do policial que fica até 20 horas na rua lhe tiraram o direito de se alimentar. Eles estão aí. Essa é a situação de Minas Gerais.

Enquanto isso, qual é a reforma que foi feita? Aumentaram as secretarias. Criar uma empresa de aviação. Aqueles bancos de 1997, que deixaram um custo alto para o contribuinte mineiro? Agora querem criar bancos neste governo também. O helicóptero Escarpas do Lago vai entregar viatura no interior.



Estamos prontos. Queremos, sempre quisemos, por 13 anos, a renegociação da dívida e que Minas Gerais tenha saúde, saúde que o PT tirou não apenas do governo de Minas Gerais, mas do trabalhador. Agora falam em Previdência, mas deixaram 24 milhões de trabalhadores desempregados. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Presidente e deputados, na verdade, temos aqui um agrupamento de vetos do governador a várias matérias, inclusive esse, que trata do Programa Estadual de PPPs. Quero falar desse tema, porque é algo caro para nós, do PSDB. Temos uma experiência exitosa do governo Aécio Neves em Minas Gerais, que se tornou vitrine para todo o Brasil, em meio à crise penitenciária brasileira. A proposta de Minas Gerais, do Aécio Neves, tão combatida por muitos, da PPP para as penitenciárias em Ribeirão das Neves, cujos projetos de cinco novas penitenciárias em PPP ficaram prontos. Mas, lamentavelmente, vimos o governo do PT não levar adiante esse plano e agora vemos o Brasil aplaudir a experiência de Minas Gerais.

Enquanto vimos vários estados sofrendo com a crise penitenciária, Minas Gerais mostrava uma experiência de êxito da parceria público-privada nas penitenciárias.

Queria mais tempo e a atenção dos deputados para tratar dessa matéria, porque estamos vendo alguma coisa que nunca antes aconteceu na história de Minas Gerais. Imaginem que não havia registro de fuga, nenhuma rebelião na Penitenciária Nelson Hungria, de segurança máxima, em Nova Contagem, mas agora houve uma tentativa de fuga.

O governo do Estado, o governo do PT é um governo engraçado. Ele conseguiu retirar os diretores das penitenciárias e colocar amigos no lugar de diretores certificados. Eu acompanhei isso. Cuidamos, junto à Fapemig, da formação de todos os diretores das penitenciárias de Minas Gerais. Eles têm 3º grau, em administração penitenciária. O que o PT fez? Retirou os diretores certificados das penitenciárias em Minas Gerais. Estamos vendo a situação penitenciária em Minas Gerais, por isso precisamos de tempo. É muito interessante.

Esta semana estamos acompanhando, com muita felicidade, o mês da mulher. Vimos o PT retirar a delegada Ana Maria, a delegada-chefe do 2º Departamento, com uma folha de serviços prestados ao Estado. Uma mulher negra, competente, e o PT mandou-a embora. O PT mandou a Ana Maria embora. É um espanto o governo do PT! Nessa área então! Eles ficam com esse discurso. Estão lá engavetadas mais cinco parcerias público-privadas de penitenciárias. Estão lá. As empresas querem investir, e o PT não deixa; mas, Sr. Presidente, V. Exa. sabe que esse é um assunto longo.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Carlos Henrique Moreira, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 13/3/2017, Eduardo Augusto da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Joaquim Chagas, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando José Pinheiro Filho, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;



exonerando Marcella Ricci Fonseca, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 13/3/2017, Renan Guilherme Barbosa Reis, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

exonerando Walter Lúcio Alves de Freitas, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Alírio Antônio de Almeida, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

nomeando Ana Luiza Faria de Souza, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

nomeando Analia Charliane Oliveira Meireles, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Cândida Maria Silva Ferreira, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Danila Azevedo Gusmaão, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Eduardo Augusto da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Eonio Matos, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Flávio Henrique de Araujo, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Geraldo de Matos Barrozo, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Hamilton Chagas Filho, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Márcio Guimarães, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Maria Aparecida Carneiro, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Mônica Pires Gonçalves, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Renan Guilherme Barbosa Reis, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Thiago Henrique Ferreira Matos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 13/3/2017, Geraldo Izaias Diniz da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal – Gerência de Registros Funcionais;

designando Cledson Versiani de Moraes para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal – Gerência de Registros Funcionais.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, assinou os seguintes atos:

nomeando Pedro de Lima Abrão para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I - Desenvolvimento de Sistemas, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 14º (décimo quarto) lugar em concurso público.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 129/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telbrax Ltda. Objeto: prestação de serviços de acesso a internet. Objeto do aditamento: terceira prorrogação contratual sem reajuste de preço. Vigência: de 2/3/2017 a 1º/3/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.